CLIPPING INTERNET

31/03/2022 ATÉ 31/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 BLOG ROSE CASTRO..... 1
1.2 SITE G1 MARANHÃO..... 2
2 DESEMBARGADOR
2.1 BLOG ALDIR DANTAS..... 3
2.2 BLOG DAVI MAX..... 4
2.3 BLOG DIEGO EMIR..... 5
2.4 BLOG DO ALPANIR MESQUITA..... 6
2.5 BLOG DO JURACI FILHO..... 7
2.6 BLOG DO NETO FERREIRA..... 8
2.7 BLOG TRIBUNA98..... 9
2.8 NA MIRA..... 10
2.9 SITE ANOREG/BR 11
2.10 SITE JORNAL PEQUENO..... 12
3 INSTITUCIONAL
3.1 BLOG LEONARDO CARDOSO..... 13
4 OBRAS / REFORMAS
4.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS..... 14

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - BLOG ALDIR DANTAS
POSITIVA
Com a aprovação de mais vagas para desembargador do TJMA, acirra disputa por indicações

Com a aprovação de mais vagas para desembargador do TJMA, acirra disputa por indicações

31 de março de 2022 Aldir Dantas
Das 07 vagas aprovadas, 05 serão preenchidas por magistrados do TJMA e duas para a OAB e Ministério Pública com uma vaga para cada. A disputa será bastante acirrada, principalmente na OAB, em que as mulheres advogadas querem disputar participação na lista tríplice em condições de igualdade com os homens

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal. Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

Fonte: AFD

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - OBRAS / REFORMAS
31/03/2022 - BLOG AMARCOS NOTÍCIAS
POSITIVA
TJMA anuncia retomada das obras do novo Fórum de Imperatriz

TJMA anuncia retomada das obras do novo Fórum de Imperatriz

Presidente do TJMA anunciou acordo mediado pelo Numec/CNJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, anunciou em sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30), que o Poder Judiciário do Maranhão vai retomar as obras do prédio que abrigará o novo fórum da comarca de Imperatriz, após acordo firmado entre o TJMA e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) – que obteve aprovação unânime dos membros presentes à sessão.

O acordo foi mediado pelo Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (Numec/CNJ), em audiência conduzida pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de representantes dos dois tribunais e da CGJMA.

O desembargador Lourival Serejo informou que o TJMA disponibilizará imediatamente posto de segurança no prédio, que estava sob a responsabilidade do Estado, para aguardar as providências para continuação das obras, que serão conduzidas pelo presidente eleito do TJMA para o biênio 2022-2024, desembargador Paulo Velten. "O Tribunal de Contas destravou o impedimento e entregou o prédio ao TJMA", informou.

Na audiência de conciliação entre o TJMA e o TCE/MA, o conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas. Satisfeito com o resultado do acordo, ele disse que o acerto confere maior segurança para a conclusão do investimento público.

"O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida."

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do Numec/CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. "É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra", explica.

SOBRE O NUMEC/CNJ

O Numec/CNJ foi criado pela Resolução CNJ Nº 406/2017 com a atribuição de facilitar o consenso em processos que tratam de conflitos internos envolvendo servidores ou setores administrativos, processos administrativos em tramitação no CNJ de qualquer natureza. Em todos os casos solucionados pelo núcleo, os acordos são homologados pelo plenário do CNJ.

Agência TJMA de Notícias

Com informações do CNJ

asscom@tjma.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - BLOG DAVI MAX
POSITIVA
Assembleia aprova projeto que cria cargos de desembargador

Assembleia aprova projeto que cria cargos de desembargador

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

O post Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA apareceu primeiro em Diego Emir.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - BLOG DO ALPANIR MESQUITA
POSITIVA
Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - BLOG DO JURACI FILHO
POSITIVA
Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no TJMA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
POSITIVA
NOTINHAS DA TARDE

NOTINHAS DA TARDE

Aprovado
A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Flávio Dino encerra hoje ciclo que colocou o Maranhão em posição política e administrativa diferenciada

Flávio Dino e Carlos Brandão e seus familiares se abraçam em missa de agradecimento pelos resultados do Governo

Flávio Dino (PSB) renuncia hoje ao mandato de governador do Maranhão, aos 53 anos, cumprindo exigência da legislação eleitoral para ter direito a se candidatar a senador nas eleições deste ano. A renúncia fecha um ciclo de sete anos e três meses em que o Maranhão viveu uma realidade diferenciada, tornada concreta pela orientação politicamente correta e o sentido inédito e inovador que o governador deu ao Governo do Estado. Nesses 2.614 dias, o que se viu foi uma mudança radical na postura do Governo estadual, que, contrariando orientações passadas, transformou, por exemplo, educação e saúde em prioridades absolutas, nelas investindo recursos muito acima do que foram previstos nos orçamentos anuais que administrou, atuando assim nas mais diversas áreas de responsabilidade estatal. Politicamente, Flávio Dino resistiu ao populismo barato, ao golpismo bolsonarista, transformando-se numa das vozes mais firmes e acreditadas do país em defesa das liberdades civis e do estado democrático de direito.

Flávio Dino priorizou o social e incluiu na pauta prioritária do Governo do Maranhão temas até então secundários, como a segurança alimentar (elevando de cinco para 82 o número de restaurantes populares) e a profissionalização na formação escolar com a construção e implantação de dezenas de IEMAs, num programa educacional, que fecha o ciclo com mais de 1.400 obras educacionais, entre elas a grande estrela, a Escola Digna, tendo criado a Uema Sul, um projeto revolucionário e bem-sucedido. No caso da Saúde, nenhum governo de qualquer época se comparou ao atual, o que pode ser facilmente constatado conhecendo-se a megaestrutura hospitalar implantada no estado a partir de esqueletos deixados pelo Governo anterior.

Os elevados investimentos em saúde permitiram que o Maranhão se tornasse vanguarda nacional no combate à epidemia do novo coronavírus, sendo o estado com menos mortes em toda a Federação.

No ciclo que fecha hoje, obras civis importantes – estradas e pontes, por exemplo – foram construídas, a segurança pública foi reforçada com o aumento de quase 50% do efetivo da Polícia Militar, e o sistema penitenciário, que horrorizava o país em desordem e violência, passou a ser uma referência para todos os estados. Nesse período, a cultura foi valorizada na medida certa, a juventude foi cuidada com plena dignidade, as cidades receberam tratamento justo dentro das possibilidades, assim como comunidades como a quilombola e a indígena estiveram sempre na ordem do dia do Governo. Ao investir forte em políticas públicas, o governador Flávio Dino quebrou todos os parâmetros e correntes que prendiam o Maranhão.

Flávio Dino governou com transparência, tendo mantido as finanças sob controle férreo, não tendo sido registrado um só caso de corrupção na sua equipe durante os dois mandatos. Entrega ao seu sucessor, Carlos Brandão (PSB), um Governo organizado, com uma política fiscal ajustada, as finanças em ordem, de modo que o seu sucessor ganha também as condições para governar com segurança e sem sobressaltos.

Ao longo dos seus dois mandatos, o governador Flávio Dino teve habilidade para governar liderando uma ampla aliança partidária, na qual conviveram sem traumas partidos de esquerda, centro e direita, usando a pluralidade como um fator de corresponsabilidade e estabilidade. Manteve relações institucionais firmes e produtivas com os poderes Legislativo e Judiciário. E fez grandes esforços para estabelecer uma convivência

mesmo limitada, mas produtiva, com o Governo Federal, mas os ranços do presidente Jair Bolsonaro (PL) boicotaram todas as iniciativas. No campo político-partidário foi um militante incansável alertando a Nação para os ataques explícitos e subterrâneos à democracia, que culminaram com os atos golpistas de 7 de setembro. Ao mesmo tempo, foi o mais destacado político a propor a formação de uma ampla frente partidária, plural, para enfrentar a direita radical nas urnas. Pela sua atuação política, chegou a ser cogitado para disputar a presidência da República e também para vice de uma chapa de oposição. Saiu da seara das pré-candidaturas federais para disputar uma cadeira no Senado.

Via reportertempo.com.br/

Abertas as inscrições para II Concurso Maria Firmina dos Reis no MA

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) segue com inscrições abertas até o próximo dia 8 de abril, para o II Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”, que vai premiar poemas, contos e crônicas sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Concurso Literário, que objetiva incentivar a produção literária sobre o tema, é regulamentado pelo Edital, disponível na página do TJMA.

Homenagem
O Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis” foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Fonte: G1MA

Assembleia Legislativa aprova criação de novos cargos para desembarcar no TJ-MA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

PERGENTINO HOLANDA - Novos cargos criados no TJMA

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou o Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar 14 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Câmaras isoladas

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

Experiências de regularização apresentadas no Fórum Fundiário do Matopiba-MG 2022

Legislação, modernização e atualização jurídica e nova matriz energética estão entre pontos discutidos

Como um pequeno município do Norte de Minas Gerais se tornou o primeiro a ter a regularização fundiária urbana 100% concluída? As respostas e os desafios enfrentados pelo Registrador de Imóveis e pela Procuradora do Município de Catuji, e que podem servir de exemplo para outras cidades, foram debatidos na manhã de sexta-feira (25/3), durante a 8ª reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça da região conhecida como a "nova fronteira agrícola nacional", formada pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais (Matopiba-MG).

Frederico Brasileiro de Oliveira, registrador de imóveis da Comarca de Novo Cruzeiro-MG, e Rariane Rodrigues Doerl Santos, procuradora municipal de Catuji-MG, foram os palestrantes que compartilharam as experiências daquele município. Ambos destacaram a importância da cooperação entre os entes públicos para possibilitar a efetivação das regularizações fundiárias.

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Tocantins, Océlio Nobre da Silva, ressaltou também o engajamento da comunidade, apontando que a regularização fundiária deve se tornar um projeto de todos os moradores de uma região. Também falou da importância do apoio do Judiciário na conscientização e orientação da comunidade, por meio de audiências públicas, por exemplo – o que pode concorrer para uma desejável aproximação do judiciário à sociedade.

Na segunda palestra, a juíza auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Ticiany Gedeon Maciel Palácio e o doutor em Geografia e Geoprocessamento, Hostílio Maia de Paula Neto apresentaram a ferramenta "Q-gis", que, em formato de aplicativo, de fácil instalação em diversos equipamentos e "gadgets", permite o cadastramento de imóveis e seus dados. Além disso, permite a comunicação eletrônica com diversos sistemas institucionais, facilitando o processo de regularização fundiária dos municípios e sem custos.

Ainda pela manhã, os desafios da intercessão entre a regularização fundiária e a demanda por áreas de instalação de usinas de produção de energia renovável foram tema da terceira palestra intitulada "Os Impactos Econômicos na Produção de Energia Eólica e Solar".

Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, Richard Martins Torsiano, especialista internacional em governança e administração de terras, e a juíza Ticiany Gedeon debateram sobre a complexidade e imprescindibilidade da regularização fundiária para garantir a segurança jurídica e econômica de pequenos proprietários rurais e comunidades tradicionais, dentre elas, as quilombolas, que detém a posse das áreas de interesses das empresas de novas matrizes energéticas.

Destacaram que a falta de regularização fundiária impacta diretamente na escolha das áreas de implantação desses parques de geração de energia, bem como na regularização dos contratos de locação e arrendamentos firmados com os pequenos proprietários e comunidades. Isso traz reflexos econômicos para as partes envolvidas e até para os municípios.

Na parte da tarde, os palestrantes Michely Freire Fonseca Cunha, oficiala de Registro de Imóveis de Virginópolis-MG, e Francisco Filomeno de Abreu Neto, especialista em Políticas Públicas da Secretaria do Patrimônio da União, bem ainda a debatedora Isabella Santos Lago, juíza auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia, foram unânimes em apontar a regulamentação fundiária como política pública de alta relevância e fundamental ao desenvolvimento econômico, não só por seu caráter social. Destacaram as diversas implicações econômicas derivadas da regularização fundiária urbana de conjuntos habitacionais.

Por sua vez, a diretora de Governança Fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Eleusa Maria Gutemberg, tratou da falta de padronização e excesso de burocratização como fatores prejudiciais à regularização de áreas de assentamento.

Encerradas as palestras e redigidos os enunciados da Carta de Belo Horizonte, o Corregedor-Geral de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Agostinho Gomes de Azevedo e o Corregedor do Estado do Maranhão, Presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça do MATOPIBA-MG e atual Presidente eleito do TJMA, Desembargador Paulo Velten, destacaram o sucesso do evento diante da relevância dos temas apresentados, do elevado nível dos debates e do engajamento dos demais Corregedores, autoridades e agentes públicos envolvidos na regularização fundiária.

Fonte: TJMG

Abertas as inscrições para II Concurso Maria Firmina dos Reis no MA

Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis” foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA) segue com inscrições abertas até o próximo dia 8 de abril, para o II Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis”, que vai premiar poemas, contos e crônicas sobre a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Concurso Literário, que objetiva incentivar a produção literária sobre o tema, é regulamentado pelo Edital, disponível na página do TJMA.

Homenagem
O Concurso Literário “Maria Firmina dos Reis” foi denominado em homenagem à escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista negra do Brasil. Maria Firmina também foi professora, musicista e a criadora da primeira escola mista do Brasil.

Nascida em São Luís em 11 de março de 1822 – data que hoje é considerada o Dia da Mulher Maranhense em sua homenagem -, a escritora é autora da obra “Úrsula” (1859), primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina e primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa. Também é autora de “Gupeva” (1861) e “A escrava” (1887), entre outras obras.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
31/03/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
POSITIVA
Aprovado projeto que cria sete novos cargos de desembargador no TJMA

Aprovado projeto que cria sete novos cargos de desembargador no TJMA

Tribunal de Justiça passará a ter 37 integrantes, após aprovação do Projeto de Lei Complementar 004/2022.

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária dessa quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.